



A ética na sociedade de informação: o que delinea o olhar jornalístico na cobertura de conflitos

Andréia T. Couto¹

Resumo: O objetivo do presente artigo é o de apresentar algumas reflexões acerca da mediação ética na difusão jornalística na cobertura de conflitos, verificando até que ponto as novas tecnologias de comunicação influenciam nessa postura na sociedade de informação. Paralelamente é analisado o papel do jornalista diante da sociedade de informação e as regulamentações éticas do jornalismo frente às demandas da sociedade de informação. A reflexão teórica insere-se na discussão sobre a Sociedade de Informação, (Touraine, Bell e Castells).

Palavras-chave: jornalismo; comunicação; novas tecnologias de informação; ética; direitos humanos; sociedade de informação

Abstract: The subject of this paper is to present some reflections about the discussion of ethic mediation in journalistic diffusion in spite of conflicts, and verify the role of new technologies of communication in the information society. The theoretical reflections are based on Touraine, Bells and Castells Information Society discussion.

Key-words: journalism; communication; new technologies of information; ethic; human rights; information society

¹ Docente da UNIP – Universidade Paulista, nos Cursos de Jornalismo e Comunicação Digital.
E-mail: andreiacouto.cdg@unip.br

Introdução

O seguinte texto pretende discutir até que ponto as mediações éticas que regulamentam a difusão jornalística na cobertura de conflitos estão presentes como fatores preponderantes na conduta dos veículos de comunicação e na dos jornalistas. Para tanto, são discutidos alguns pontos como ética e meios de comunicação na sociedade de informação e o papel da imprensa internacional na divulgação de material dessa natureza. Nesses casos, a) jornalistas e repórteres fotográficos lidam com fatos extremamente complexos, na busca de reportagens e imagens, deslocando-se para áreas de conflito nos seus mais diversos contextos, tais como campos de refugiados, guerras, regiões atingidas por catástrofes naturais – terremotos, deslizamentos, enchentes - momentos nos quais ficam expostos a todo tipo de pressão, física e psicológica: violência, morte, intolerância, stress, pressão do trabalho, das agências, ao caos que normalmente circunda esse tipo de situação. b) A abordagem desse aspecto da realidade está a um passo de se cair no sensacionalismo, uma vez que o campo de imagens ao se cobrir conflitos e catástrofes encontra-se repleto de cenas de forte impacto emocional. Devido a uma série de fatores, como os citados acima, o jornalista se vê pressionado a divulgar certo tipo de material que exerça fortes efeitos ou impactos no receptor. Em situações de guerra, imagens chocantes vendem mais que textos informativos e há os veículos que dão preferência ao material de cunho sensacionalista nessas ocasiões com um intuito claramente mais comercial que informativo, e nesse sentido, o jornalismo sensacionalista elabora um tipo de narrativa capaz de captar o real de forma a destacar certos aspectos dos acontecimentos como a violência, a morte, seja através de seu conteúdo lingüístico, visual ou ideológico – na atualidade, por exemplo, é comum notícias que abordam o cotidiano violento no Oriente Médio virem carregadas de certo conteúdo ideológico que pode influenciar fortemente o

receptor. Muitas vezes um acontecimento singular é anunciado com estardalhaço e de forma sensacionalista, sendo que muitas vezes não merece tal destaque, “sensacionalizando aquilo que não é necessariamente sensacional”, importando somente que o veículo garanta uma boa vendagem. A morte então é explorada sob vários ângulos, transformando-se em culto diário e em estratégia de vendagem.

No que se refere às imagens, a quantidade e a velocidade com que elas têm surgido na mídia cotidiana, favorecida pela rapidez proporcionada pelos meios tecnológicos, torna ainda mais palatável a banalização de cenas violentas. O efeito sensacional sugere, substitui e repete enunciados mas não esclarece, não critica nem interpreta, nem analisa os fatos.

“É o modo de produção editorial que transforma um acontecimento em notícia reconhecida como sensacionalista, como resultado de uma atividade técnica e ideológica que manipula, altera e recria a realidade e dá uma nova dimensão aos acontecimentos”. c) Por outro lado, há os que defendem a idéia de que se deve assegurar informações na sua forma mais clara, crua, objetiva possível, mesmo que estas possam vir a chocar ou causar algum tipo de desconforto no receptor. d) O jornalismo investigativo, por sua vez, abrange as relações que envolvem as situações de conflito e alguns jornalistas acabam por ter um papel importante na investigação e soluções de alguns fatos. analisar as relações onde ocorrem os conflitos, credibilidade, respeito. Nesse campo, os correspondentes de guerra atuam também como componentes de conscientização, influenciando e formando opinião. “Eles têm como base a seriedade das notícias, qualificando o jornalismo na luta pela consciência e bem-estar social, tendo o desejo de melhoria na sociedade. O jornalista tem a possibilidade de se tornar um instrumento de ação social.” e) Esses fatores acarretam certos efeitos/resultados no jornalista.

A ética jornalística na sociedade de informação

A discussão sobre a **ética no jornalismo**² abrange tanto o que é veiculado por imagens ou textos e que pode, de certa forma, ultrapassar os limites do aceitável, podendo chocar o receptor, seja, o receptor, quanto o ponto de vista do próprio jornalista. Para Lage

² No Brasil, o código de ética dos jornalistas foi aprovado em 1985 pelo Congresso Nacional dos Jornalistas e é responsável pela fixação das normas de atuação do jornalista para com a sociedade, fontes de informação, e colegas da profissão. O código ressalta a importância da ética no trabalho do jornalista no sentido da responsabilidade do mesmo para com a sociedade, sendo essa uma profissão de natureza e de finalidade públicas.

(1995), do ponto de vista dos jornalistas, essa discussão é descabida, uma vez que tudo o que é veiculado da mesma forma que agrada uns, desagrade outros:

“a deontologia o ofício pressupõe a verdade como adequação do enunciado à coisa noticiada, não como pertinência histórica; tudo o que afeta ou talvez afete uma coletividade e é enunciado de maneira verdadeira pode ou poderia ser publicado” (p. 40).

No que se refere ao uso da tecnologia na geração/transmissão de imagens, a **ética da informação** no mundo pós-moderno pode ter impactos diferenciados, abrangendo um campo muito mais vasto do que a prática do jornalista. Segundo Lage (1995), há uma sobrecarga de responsabilidade social aos jornalistas que, por sua vez, trabalham segundo as regras oferecidas pelos núcleos do poder. Sua exposição, mais visível do que as instituições das quais fazem parte, faz com sejam responsabilizados mais do que os outros atores envolvidos no processo, até mesmo pressupondo *“irresponsabilidade das fontes a que os jornalistas recorrem, das instituições que servem, certo nível de fratura na ordem dos valores dominantes na sociedade”* (p. 39).

“A questão da ética não é exatamente a mesma da política; situa-se no universo não apenas dos comportamentos dos veículos, dos jornalistas e do público quanto do poder, mas no universo de suas intenções e referências simbólicas, de seus padrões de percepção da dialética dos interesses sociais e dos mecanismos de representação na sociedade. Quanto ao jornalismo, falta uma teoria que dê conta de sua peculiaridade conceitual, que o entenda como percurso simbólico na singularidade do fato à universalidade do conhecimento, tendendo sempre ao desmedido e ao paradoxo que tangenciam os limites do previsível e do aceitável” (p. 41).

De acordo com H. Shiller (1979, apud: Vilches, 1997), a idéia acima é reforçada ao se considerar que *“a maior parte do controle da comunicação está ligada a um número reduzido de grandes corporações que produzem satélites e equipamentos e que recebem todos os benefícios dos contratos pela tecnologia”*, uma vez que só tem acesso à utilização desse sistema as grandes companhias do capital internacional, o que o torna totalmente não democrático, uma vez que exclui uma vasta parcela da opinião pública, fazendo com que o controle ético fuja ao controle em um plano mais individual, uma vez que o que está em jogo são os interesses de grandes corporações.

“Trata-se de uma aliança entre a indústria das novas tecnologias de comunicação e o Estado, um monopólio tecnológico e econômico que não

hesitará em unificar as mensagens de modo a modelar a consciência individual no sentido de converter certos valores como os mais importantes”.

O intuito de um veículo ao explorar uma determinada imagem certamente é o de vender o maior número de exemplares possível. O efeito natural para uma imagem que possa ser repugnante seria o de repulsa dos leitores. Porém, o ser humano tem a curiosidade de ver determinada imagem mesmo que ela seja chocante. Essa contradição é difícil de ser explicada. É impossível saber se revistas sensacionalistas existem porque há procura do público, ou se o público se acostumou a comprá-las por curiosidade depois que elas surgiram, esse é o grande paradoxo das questões que atribuem uma carga exagerada de responsabilidade aos jornalistas ou de que eles são os juízes da moral pública, ou talvez realmente seja atribuída mais responsabilidade aos jornalistas do que se deveria. Por outro lado, o bom profissional deve ter a consciência de que certas imagens e informações devem ser filtradas antes de a população ter acesso a elas. Imagens ou notícias enfatizando a violência chocam no primeiro momento, mas a constante veiculação delas anestesia o telespectador que acaba se acostumando. Atendendo a uma postura ética, qual seria a posição correta? Poupar o receptor de ver tais cenas, ou passar a informação correta, na íntegra, sem omitir detalhes?

Ainda segundo Lage (1995), não há uma saída eficaz, já que soluções propostas desconsideram aspectos da realidade em que deverão constituir as intenções éticas, uma vez que

“não abrangem a totalidade do sistema que produz informações e não se apóiam em teoria adequada sobre o que seja efetivamente a ideologia, que institui a dimensão perlocutória – o efeito produzido no receptor – da própria ética” (p. 41).

A discussão sobre **ética e jornalismo** depara-se, necessariamente com a da ideologia que por sua vez, ganha uma nova dimensão na sociedade tecnológica, pelos novos paradigmas ligados ao imediatismo da veiculação da informação, à eficiência, clareza de imagens amparadas pelo aparato tecnológico, o que reforça a credibilidade/atualidade das imagens – quase que assistimos *on line* atentados, seqüestros, assassinatos, condenações. Assim, a própria tecnologia ganha uma nova dimensão na sociedade informacional, que re-elabora o próprio uso que se faz dela, a qual sociedade atende, a qual classe social busca representar, qual poder pretende atender. A maioria destas

questões acaba por confrontar assuntos ligados à **ética e à moral**, uma vez que as consideramos como uma reflexão sobre valores reduzida ao individual, tanto no âmbito das relações humanas quanto no político – constantemente julgamos de forma moral, uma vez que nossos julgamentos pressupõem sentimentos que abrangem juízos morais, como rancor/indignação/sentimentos de culpa/vergonha. Nesse contexto, conceitos democracia e direitos humanos, por exemplo, assumem, além do debate político, também uma discussão sobre justiça social – nacional ou internacional, que é também um assunto moral (assim como uma série de pautas políticas relativas aos direitos de grupos minoritários ou marginalizados, as quais devem ser vistas como questões puramente morais, como a lei de imigração; do asilo; o direito dos estrangeiros; permissão ou proibição do aborto; permissão ou proibição da eutanásia; direito dos deficientes; direito dos animais; a ecologia; tecnologia genética, entre outras).

De acordo com Siqueira (1995),

“A tecnologia nunca é neutra, porque está sempre nas mãos de homens, de grupos e instituições, que nunca são neutros. Eles agem sempre em função de sua cultura, de sua ideologia, de sua religião, de seus interesses econômicos e políticos. Logo, a tecnologia é sempre instrumento de desse conjunto de motivações, forças, apetites, desejos, idéias e preconceitos. A tecnologia é sempre posta em ação, como força poderosa, a serviço de nações, ou de instituições, de empresas ou corporações que detêm o poder de criá-la, desenvolvê-la, utilizá-la, distribuí-la, comercializá-la, controla-la e renova-la incessantemente” (p. 19).

Para Thugendhart (1997), alguns desses debates são antigos, outros relativamente novos e todos passam pelo crivo do debate sobre ética ao abordar tais temas, como fundamentar as normas morais de abordagem? Essa é uma questão da compreensibilidade de uma moral moderna. Devem existir outras morais modernas, que atendam às demandas da nova sociedade?

A partir da globalização comunicativa e efeitos culturais, a pesquisa pode seguir o seguinte caminho: de acordo com o autor acima citado, desde a década de 1990, a chamada sociedade de informação vem despertando interesse a partir da publicação de dados a respeito dos efeitos econômicos, industriais, sociais e culturais da era da informação.

“A nova era tecnológica tem implicações muito mais amplas do que poderia supor a revolução informática, trazendo uma esperança ao crescimento econômico. (...) Uma importante mudança de cenário que se destaca é a importância da tecnologia para um novo poder estratégico: o dos conteúdos e

programas. Surge a sociedade virtual sobrepondo-se e subvertendo a sociedade real (...) A sociedade tecnológica, através dos modernos meios de comunicação reordenam o espaço e o tempo de nosso mundo. Esta reordenação tem-se realizado através de novas redes virtuais e de suas conexões, pressupondo uma relação de interatividade tecnológica e social inédita, cujos efeitos referem-se à interdependência global do universo da informação e da comunicação” (p.).

Especificamente ao que se refere ao fenômeno da globalização em relação à informação e à comunicação, podem ser observados os seguintes aspectos: emergência dos conglomerados internacionais e de multimídia é chave para a difusão da informação; novas tecnologias da informação, desde o satélite ao cabo, da microeletrônica à digitalização, têm um impacto social de efeitos até então impossíveis de diagnosticar em toda sua plenitude.

Dentro do sistema global existe um fluxo assimétrico dos produtos de comunicação e que estamos diante de um provável futuro de desequilíbrio nos acessos às redes globais de comunicação.

Le Pape, ao escrever sobre o papel dos jornalistas em Ruanda, por ocasião do genocídio ocorrido em 1994, afirma que

“o leitor não conhece bem as circunstâncias práticas nas quais se fazem as reportagens, podendo reconstituí-las parcialmente: quando são acolhidos pelos militares; quando se deslocam em grupos e comboios, a maior parte interroga os mesmos informantes, as mesmas testemunhas, descrevem os mesmos percursos. Diz-se também que observar os militares faz parte do trabalho desses jornalistas, que podem então ver nisso os riscos de se deslocar sem proteção. Ao ler os relatos de jornalistas sobre as condições de seu trabalho em Ruanda, percebe-se a característica inevitável das relações entre exército (missão da ONU, forças francesas) e repórteres. Não é inútil conhecer em geral o contexto das reportagens, ele nos lembra primeiro que a pesquisa de informações é uma pesquisa e que esta pesquisa está permeada por pressões, obstáculos, riscos. Isso é evidente, mas pode-se fazer uma leitura mais detalhada dos jornais, mais práticas, quando se tem em mente essas pressões” (Le Pape, 1995, p. 43).

São momentos em que, mesmo frente a todo sorte de violência generalizada, quando os valores fundamentais do homem deixam de existir, que os jornalistas devem se sujeitar à arbitrariedade da razão, à racionalidade da objetiva da câmera ou à clareza do texto jornalístico.

Paralelamente, os jornalistas têm ainda o papel de assegurar não só as informações, como também o de analisar determinadas relações conflituosas em certas sociedades

podendo alertar sobre possíveis conflitos mais sérios. É justamente esse papel que foi cobrado dos jornalistas às vésperas de explodir o massacre em Ruanda: não teriam podido eles avaliar as conseqüências dos fatos que estavam se desenrolando, de acordo com o que observavam desde meses atrás, a partir do tratado de paz assinado em Arusha, Tanzânia, para a paz em Ruanda? O fato é que por ocasião do massacre, e mesmo antes, muitos jornalistas especialistas e observadores políticos haviam se deslocado à África do Sul para cobrir os instantes decisivos do final do *apartheid* e das eleições democráticas que elegeriam Nelson Mandela. Portanto, não havia muitos jornalistas para cobrir o massacre ruandês.

Pode-se citar a título de exemplo, algumas das regiões do planeta mais afetadas por conflitos oriundos de guerras, dissoluções de estados-nação, ataques externos, entre outros: Regiões mais afetadas nos últimos quinze anos: Região dos Grandes Lagos, África Central e África do Sul; Balcãs (ex-Iugoslávia e Albânia); Estados da ex-União Soviética (Ásia Central); Palestina e Israel (Oriente Médio); Afeganistão e Iraque (Ásia). A comunicação tecnológica, visivelmente presente e praticamente inaugurada durante as transmissões da Guerra do Golfo (1991), quando se assistiu pela tv os mísseis disparados pelos caças F-16, pôde ser percebida pelo

“controle dos transportes, da logística, das comunicações, da coordenação e da propaganda pelos Estados Unidos, hoje dominantes. A supremacia militar, o poder econômico e o brilho cultural estão diretamente relacionados com a capacidade de controlar os fluxos de informação, de conhecimentos e de mercadorias” (Lévy, p. 203).

Foi também a Guerra do Golfo que inaugurou a expressão guerra eletrônica, *“para designar o uso do computador, dos sensores de raios infra-vermelhos, dos radares bélicos, do exame de satélites-espiões que fotografam palmo a palmo a superfície da terra, em busca de bases inimigas ou para escolher o ‘ponto ideal’ para cada bomba ou foguete”* (Siqueira, 1995, p. 19).

A partir de então, em pouco mais de uma década, o que passamos a ver em termos de recepção *on line* de coberturas de conflitos, guerras civis, catástrofes, atentados supera a cada dia: o esfacelamento da República tcheca, os conflitos civis promovidos pelo regime do *apartheid* na África do Sul, o ataque às torres de Nova York em setembro de 2001, ataque terrorista em Madrid em abril de 2004, o conflito Israel-Palestina, a guerra do

Iraque, abusos de presos políticos iraquianos por soldados norte-americanos, decapitação de cidadãos ocidentais por terroristas. O que têm em comum? Imagens cruas, e a internet ajuda a divulgar as imagens com sua característica contemporaneidade.

À parte pode ser colocado o jornalismo investigativo, onde o jornalista pode revestir-se de maior liberdade para pesquisar sobre o que observa e escreve. Diante de circunstâncias semelhantes encontram-se os depoimentos de Marinovich durante a cobertura dos conflitos que antecederam a democratização da África do Sul, no período mais violento do *apartheid*:

“Eu estava no círculo de assassinos, disparando com uma grande-angular a um braço de distância, perto demais. Estava horrorizado, gritando mentalmente que aquilo não podia estar acontecendo. Mas conferia o tempo todo as indicações de luminosidade, trocava de câmeras, carregadas com filme preto-e-branco e coloridos, e avançava rapidamente o filme, um fotograma atrás do outro” (Marinovich e Silva, 2002, p. 34).

Por outro lado, como a imprensa pode contribuir para a conscientização/divulgação/popularização na área de Direitos Humanos, como ocorreu recentemente com a divulgação de imagens de prisioneiros sendo torturados por americanos em uma prisão do Iraque ou ainda, o impacto que a divulgação das fotos de K. Carter teve no mundo inteiro. No Japão, crianças usavam as fotos de Carter para discutir questões como miséria, fome e o papel dos países industrializados e sua responsabilidade frente a essas questões; os universitários usavam a imagem para discutir ética. Marinovich questiona se, por um lado tirava as fotos com uma intenção puramente comercial, por outro lado, colocava que suas fotos ajudavam a divulgar pelo mundo determinados estados de certas situações. Mais tarde, após a morte de Ken Oosterbroek e o suicídio de Kevin Carter Marinovich passou a redirecionar suas ações: reconheceu que em situações de conflito, nunca interferia. Depois passou a ajudar as vítimas, após dar 30 segundos para os fotógrafos ajudarem suas vítimas.

Não só os países industrializados não falam de certas questões, como o genocídio de povos africanos ou extermínio dos índios, por exemplo, porque são países que não têm uma importância econômica: os jornalistas desses países, por sua vez, nem sempre se engajam em mostrar esses fatos de uma forma mais contundente, onde se inclui uma crítica mais direta, uma análise mais imparcial dos fatos. Por que ainda se mantém tão viva na memória ainda hoje o holocausto? Por que não se deixa esquecer, existem muitas imagens, filmes,

fotos, artigos, livros, depoimentos, que sempre são re-visitados. Há uma rica documentação que está aí para que não se esqueça o que aconteceu. Não se trata de minimizar a questão, mas o holocausto não foi o único – muito menos o mais recente holocausto da história, mas ao contrário, logo que ocorrem, caem no esquecimento e não se fala mais neles, senão em algumas ocasiões.

Poucos estudos/pesquisas sobre a questão dos resultados no jornalista - o que há é uma ampla discussão ética sobre a divulgação de imagens, mas pouco sobre o impacto que o contexto onde as imagens foram geradas tiveram sobre o jornalista (assim como em relação a outras áreas, como os profissionais que atuam em organizações não governamentais, humanitárias, como Cruz Vermelha, Médicos sem Fronteira, entre outras).

Comunicação e Sociedade de Informação

As novas tecnologias de informação, tão características da sociedade informacional, permitem não só maior fluidez das informações, estreitando os espaços e o tempo onde circulam, como também a disseminação do impacto e das reações causados pelas informações, mas não estão livres da mediação ética do que deve ou não ser liberado para o público. Esse novo modelo de sociedade, que Bell (1976) chama de sociedade pós-industrial,³ difere das anteriores por “*representar uma continuação das tendências que se desenvolveram a partir da sociedade industrial*”, uma vez que é possível “*dividir as sociedades em pré-industriais, industriais e pós-industriais e estabelecer um confronto entre várias de suas diferentes dimensões*” (p. 137). É justamente essa distinção analítica que faz com que analisemos a sociedade pós-industrial a partir do seu referencial tecnológico: “*o ‘projeto’ de uma sociedade pós-industrial é um ‘jogo entre indivíduos’, no qual uma tecnologia intelectual, baseada na informação, surge acompanhando a tecnologia mecânica*” (p. 138). A tecnologia, portanto, é fator essencial na análise dessa sociedade, não a tecnologia por si só, mas as reações, conseqüências, impactos e transformações que ela gera em seu interior. Castells (1999), utiliza a terminologia ‘sociedade em rede’, na qual é permitido que a escolha de um olhar seja apreciado e

³ “*A noção de sociedade pós-industrial, assim como a de sociedade industrial, ou de capitalismo, só tem significado como esquema conceitual. Essa noção identifica um novo princípio axial de organização social e define um núcleo comum de problemas que as sociedades que vão adquirindo um caráter pós-industrial cada vez mais acentuado terão de enfrentar*”. (p. 136) “*O que o conceito de sociedade pós-industrial sugere é a existência de um núcleo comum de problemas, dependentes, em grande parte, do relacionamento entre Ciência e Política, e que terão de ser resolvidos por essas sociedades*” (p. 142).

discutido por diversas culturas diferentes a um tempo cada menor. A distinção que se deve fazer entre o “domínio ético, ao sistema de valores que tem curso na sociedade global e em cada uma de suas instituições, e o domínio da moral, que diz respeito ao regimento normativo que regula os comportamentos e os discursos concretos” (Rodrigues, 1995), permite uma regularização no nível de distribuição das informações, regularização essa que tem se tornado cada vez mais conflitante dada a velocidade com que as informações chegam ao seu destino, pois acabam deslocando paradigmas então estabelecidos.

Assim, de acordo com Rosnay (2000), o século XXI inicia-se frente ao “choque” do futuro: a sociedade informacional:

“A redução do crescimento econômico, o aumento do desemprego e a contestação do papel tradicional das elites políticas e econômicas traduzem a rapidez da transição entre as sociedades industrial e “informacional”. Dessa zona de turbulência emerge o poder dos grupos face ao poder centralizado, enquanto as redes informáticas e a Internet favorecem a afirmação dos indivíduos face ao anonimato dos “usuários”. (...) Com o advento do tratamento eletrônico das informações, da digitalização dos dados, e com o desenvolvimento das redes interativas de comunicação, as referências clássicas despedaçaram-se” (p. 217).

Na sociedade de informação, onde imagens simples já não emocionam as pessoas, que procuram cada vez mais imagens complexas, de impacto e com efeitos, o jornalista – editores, repórteres, fotógrafos – é cobrado a tratar a imagem e o texto de forma cada vez mais fantástica, mas ao mesmo tempo a sociedade informacional cobra que as mesmas estejam recobertas pelo véu da ética: “a questão não está na imagem em si, mas na relação subjetiva do espectador com ela” (Lage, 1995, p. 42).

Ainda são relativamente recentes as pesquisas relacionadas ao impacto que as novas tecnologias terão na sociedade pós-industrial nas próximas duas ou três décadas, mas é bem certo que essa reação terá forte reflexo, nos mais variados campos de abrangência. A trajetória das novas tecnologias e suas conseqüências poderão ser das mais inesperadas, sendo que em algumas sociedades poderá ter implicações das mais variadas sobre o comportamento dos indivíduos, tanto negativos, como no meio ambiente, como positivos, no caso da saúde, assim como também é certo que esse impacto já se faz notar no cotidiano de algumas sociedades, seja nas industrializadas ou naquelas em via de industrialização,

sendo amplo, nestas últimas, o número daqueles que fazem parte do que se ocasionou chamar de “excluídos digitais”⁴.

Considerações finais

A abordagem sobre a ética no jornalismo tem sido foco de vários estudos desde algum tempo, no entanto ainda há muito a se discutir sobre o papel da tecnologia na sociedade de informação na veiculação de determinados temas, principalmente na cobertura de conflitos, em que são colocados frente a frente questões éticas e o papel do jornalista, tanto um quanto outro se valem de tecnologias modernas para a difusão de informações, seja em âmbito mais restrito, interno.

A sociedade informacional traz novas abordagens, através do paradigma da tecnologia, ampliando os níveis de complexidade e dos efeitos tecnológicos que utilizam as funções da rede, a partir de sua base diversificada, para objetivos que incluem transmissão de conhecimento, processamento, armazenamento, circulação e informação relacionada em forma de rede. A *network* torna possível a transmissão da informação em tempo real, alterando a relação transmissor/receptor da informação, desenvolvendo o conhecimento em níveis nunca antes imaginados, aumentando os níveis de complexidade dessa relação transmissor/receptor. A internet disponibiliza inúmeros tópicos articulados dentro e entre eles, que podem ser facilmente consultados, além de ser uma organização produtiva e eficiente, que trabalha em tempo real em qualquer parte do globo, onde a dinâmica é ditada pelos efeitos tecnológicos do conhecimento e pelo próprio conhecimento.

⁴ Segundo Lévy (2000), “o paradoxo dos sistemas de comunicação de vocação universal consiste em que estes geram quase automaticamente exclusão” (p. 205).

Referências Bibliográficas

- BELL, D. **El advenimiento de la sociedad post-industrial**. Madrid: Alianza Editorial, 1976.
- CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura** (3 vols), São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- KUMAR, K. **Da Sociedade Pós – Industrial à Pós- Moderna**. Novas Teorias sobre o Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LAGE, N. A tecnologia e a ética da modernidade, in: PERUZZO, C. M.; KHROLING, M. e KUNSCHM, K. (Orgs.) **Transformações da Comunicação: ética e técnicas**. Vitória: Ed. da Universidade Federal do Espírito Santo, 1995.
- LÉVY, P. A revolução contemporânea em matéria de comunicação, in: MARTINS, F.M. e SILVA, J.M. (Orgs.). **Para Navegar no Século XXI**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- LE PAPE, M. Le travail des journalistes au Rwanda. In: VERDIER, R., DECAUX, E.; CHRETIEN, J_P. **Rwanda. Un génocide du XX siècle**. Paris: L'Harmattan, 1995.
- LÉVY, P. A revolução contemporânea em matéria de comunicação, In: MARTINS, F.M. e SILVA, J.M. (Orgs.). **Para Navegar no Século XXI**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- MARINOVICH, G. E SILVA, J. **O Clube do Banguê-Banguê**. Instantâneos de uma guerra oculta. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- ROSNAY, J. de. O salto do milênio, in: MARTINS, F.M. e SILVA, J.M. (Orgs.). **Para Navegar no Século XXI**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SIQUEIRA, E. As novas tecnologias de informação: ferramentas da modernidade, in: PERUZZO, C. M.; KHROLING, M. e KUNSCHM, K. (Orgs.) **Transformações da Comunicação: ética e técnicas**. Vitória: Ed. da Universidade Federal do Espírito Santo, 1995.

TUGENDHART, E. **Lições sobre ética**. Petrópolis: Vozes, 1997.

TOURAINE, A. **Critique de la modernité**. Paris: Fayard, 1995.

_____ **La société post-industrielle**. Paris: Denoel, 1969.

VILCHES, L. Globalização comunicativa e efeitos culturais. In: MORAES, D. (Org.) **Globalização, Mídia e Cultura Contemporânea**. Campo Grande: Letra Livre, 1997.